XIII Colóquio Internacional
"Educação e Contemporaneidade"
19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil
ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **21/08/2019**
Aprovado em: **22/08/2019**
Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**
Método de Avaliação: **Double Blind Review**
Doi: http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.10.03

GÊNERO E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

ANABELA MAURICIO DE SANTANA, MARIA HELENA SANTANA CRUZ

O presente estudo tem por objetivo compreender o significado do trabalho docente para as professoras do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual da cidade de Aracaju/Se. Com base na teoria do trabalho docente e das discussões em torno das relações de gênero buscamos apreender esses significados e como é constituída a identidade docente. A pesquisa teve como sujeitos professoras na faixa etária entre 38 e 62 anos, dos turnos matutino e vespertino, independentemente da área e disciplina que ministram, do nível de instrução, idade, estado civil e filhos/as. Resultados preliminares evidenciam que as professoras percebem o seu trabalho numa visão de interação, que suas identidades docentes são constituídas no cotidiano de suas práticas, principalmente, que é desenvolvida numa perspectiva política, em que os profissionais são capazes de refletir sobre sua prática e o seu contexto de trabalho.

Introdução

Na arena do trabalho docente vem sendo possível perceber transformações, muitas delas, via de regra, estabelecidas pelas políticas públicas oficiais, norteadas por organismos internacionais que, quase sempre, tem encaminhado o professor e a professora a um processo de intensificação e perda do seu poder de autonomia. Notamos, atualmente as transformações políticas, econômicas e sociais, tendo em vista o fato de estarmos vivenciando uma mudança na maneira como o homem e a mulher concebe a si mesmo/a e ao mundo que o/a cerca.

Sendo assim, inferimos que a educação neste novo contexto exerce um papel importante, o de promover estas novas formas de representação e ressignificação social. Para Silva (1995), o controle educacional é extremamente importante para o sistema neoliberalista, uma vez que:

> A educação constitui uma dessas principais conquistas sociais e porque está envolvida na produção da memória histórica e dos sujeitos sociais. Integrá-la à lógica e ao capital significa deixar essa memória e essa produção de identidades pessoais e sociais precisamente no controle de quem tem interesse de manipulá-la e administrá-la para os seus próprios e particulares objetivos (SILVA 1995, p. 28).

Nesta perspectiva, acredita-se que um ensino de qualidade e inclusivo só será possível se, entre outras questões, se levar em conta a necessidade da valorização do trabalho docente, propiciando-se ao professorado salário digno, condições de trabalho adequadas e acesso a momentos de reflexão sistematizada sobre a sua prática cotidiana.

Esses elementos contextuais sublinham a importância de se estudar o trabalho docente na atualidade, ouvindo o/a professor/a, uma vez que:

> Educadoras e educadores precisam, mais do que nunca, assumir uma identidade como trabalhadoras/es culturais envolvidas/os na produção de uma memória histórica e de sujeitos sociais. O campo educacional é centralmente cruzado por relações que conectam poder e cultura, pedagogia e política, memória e história. Precisamente por isso é um espaço permanentemente atravessado por lutas e disputas por hegemonia. Não assumir nosso lugar e responsabilidade nesse espaço significa entregá-lo às forças que certamente irão moldá-lo de acordo com os seus próprios objetivos e esses objetivos podem não ser exatamente os objetivos de justiça, igualdade e de um futuro melhor para todos (SILVA, 1995, p. 28-29).

Assim, o trabalho intitulado *Gênero e Trabalho: reflexões sobre a profissão docente* é fruto da pesquisa de mestrado Relações de Gênero, Trabalho e Formação Docente: experiências de Mulheres da Escola Valnir Chagas, Aracaju/Se, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, na qual buscamos analisar sob a perspectiva de gênero, o sentido, o significado do trabalho, a valorização da qualificação e de novas competências para as professoras do Ensino Fundamental da escola mencionada, destacando avanços obtidos na construção da identidade, na ampliação dos direitos e da cidadania. Este artigo se propõe, então, a apresentar as reflexões provenientes de um trabalho de pesquisa. Configura-se, ainda, como uma oportunidade de se estabelecer diálogo com outros sujeitos visando o enriquecimento dos conhecimentos relacionados ao tema proposto.

O estudo da docência como um trabalho, na opinião de Tardif e Lessard (2005), continua negligenciado. De acordo com esses autores, aspectos como a divisão e a especialização do trabalho, a burocracia, o controle da administração, os recursos disponíveis, o tempo de trabalho dos professores, o conhecimento dos agentes escolares, a relação com os colegas de trabalho, com os

especialistas, o número de alunos/as em sala, o conteúdo a se desenvolver e sua natureza, as dificuldades presentes, não têm sido priorizados nas pesquisas realizadas.

A investigação sobre trabalho docente é um tema que tem despertado interesse daqueles que estão comprometidos com a educação, principalmente a partir da década de 1980, do século passado, quando se exige que sejam realizadas análises mais profundas da educação, tal exigência é decorrente de transformações sociais, políticas e econômicas, que impõem uma nova organização do trabalho do/a professor/a e a construção e valorização do trabalho docente.

O trabalho docente é visto, mais recentemente, como uma atividade de interações humanas. Nesse sentido, Tardif e Lessard (2005) contribuem para a compreensão do trabalho docente como uma atividade social. Outrossim, o trabalho docente é uma prática social porque seu saber integra saberes cógnitos, de experiências curriculares e disciplinas que são adquiridas dentro do seu contexto de socialização profissional (TARDIF; LESSARD, 2005).

Assim, inferimos que a formação de professores/as pode exercer um papel importante na configuração de uma "nova" profissionalização docente, instigando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado, bem como de uma cultura organizacional no seio das escolas.

Na esteira dessa ponderações, compreendemos que a formação do/a educador/a é um processo que vem acontecendo no interior das condições históricas que ele mesmo vive, mas a realidade concreta e determinada por sua vez, pode sofrer alterações no cotidiano por não ser estática e definitiva. Assim, faz-se necessário que esse cotidiano seja desvendado. No entanto, o retorno permanente da reflexão sobre a sua caminhada como educando e como educador é que pode fazer avançar o seu fazer pedagógico, como assim expressa Cunha (2004).

A formação deve estimular uma perspectiva crítica e reflexiva, que forneça aos professores/as os meios de um pensamento autônomo e que, por conseguinte facilite as dinâmicas de autoformação. Não obstante, estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de identidades, que é também uma identidade profissional.

Caminhos da Pesquisa

Este artigo apresenta um caráter qualitativo e é resultado da dissertação de mestrado intitulada "Relações de gênero, trabalho e formação docente: experiências de mulheres da Escola Estadual Professor Valnir Chagas", realizada em 2013. A amostra foi composta de sete professoras do ensino fundamental dos turnos matutino e vespertino, independentemente da área e disciplina que ministram, do nível de instrução, idade, estado civil e filhos/as. São elas[1]: Afrodite, Artemis, Dakimi, Eva, Gaia, Hera e Oya. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra de modo a preservar as falas dos respondentes.

A opção preferencial pela pesquisa qualitativa, do tipo *estudo de caso,* refere-se ao fato de ele poder analisar uma unidade como estudos múltiplos "um caso é uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas" (MAZOTTI, 2006, p. 641).

Para Yin (2010, p. 39), esse tipo de pesquisa é pertinente quando se busca compreender um "fenômeno da vida real em profundidade". As pesquisas sobre gênero em sua grande parte buscam ser do tipo estudo de caso, por tratar-se de fenômenos contemporâneos e da vida real, sendo necessário um aprofundamento analítico dos fatos. Logo, a teoria e a metodologia proposta caminham em sintonia com a análise empírica.

Dialogando com os Sujeitos

Desse modo, a forma de o/a docente perceber sua profissão e relacionar a qualidade de seu trabalho[2]

com as condições às quais está sujeita é crucial, pois assim o profissional pode perceber pontos positivos e negativos presentes em sua profissão e em seu trabalho. Não obstante, essa discussão pode ser percebida através destes relatos:

> Os problemas são visíveis, no entanto, o compromisso com o fazer educacional é maior e a sensação do dever cumprido com os/as alunos/as, a meu ver, oferece uma satisfação pessoal e profissional que não se intimida com os obstáculos da profissão (Oya).

> Penso que o professor é essencial, importante para a formação do aluno. Eu me vejo nesse processo em todos os estágios da formação dos jovens, pois o nosso papel vai além de ajudar no conhecimento científico, devemos orientá-los para a vida social, familiar e religiosa – espiritual (Dakimi).

> Percebo que a nossa profissão é extremamente importante, busco realizar minhas atividades sempre pensando nos alunos e nos resultados da minha ação (minha atuação). Sinto-me peça essencial no processo ensino e aprendizagem, assim, como o objetivo de bons resultados sempre estou me cobrando para realizar um bom trabalho e colher bons frutos com meus alunos (Artemis).

> Sei e reconheço meu papel como professora, sei o quanto é importante, assim, procuro realizar um excelente trabalho, no entanto, nós dependemos também do sistema, das técnicas, dos equipamentos disponibilizados para o exercício da nossa função (Gaia).

> Gosto da minha profissão, escolhi e não estou arrependida, mas lamentavelmente, nem sempre conseguimos trabalhar como desejamos. É problema aqui e ali, a família ausente, o aluno despreocupado sem perspectiva, realidade de todas as escolas públicas, problemas que depois podemos sentir com o tempo, com a idade (Artemis).

Segundo as respondentes, os fatores que mais prejudicam o trabalho docente são baixos salários 21%; sobrecarga de trabalho 16%; estrutura física inadequada 15%; ausência da família 14% e a desmotivação do/a aluno/a 13%. Contudo, esses fatores relatados não podem ser considerados como problemas isolados da escola e dos/as professores/as do Valnir Chagas.

Não obstante, cabe salientar que esses fatores tendem, com o tempo, a interferir e prejudicar o desempenho profissional dos/as professores/as, bem como desencadear doenças. Isso posto, vale lembrar que no mundo globalizado cada vez mais se observa o sofrimento psíquico dos trabalhadores. Tal fato parece estar relacionado a uma carga excessiva de trabalho mental e de tarefas solicitadas ao profissional nas diversas áreas, o que não é diferente para os/as docentes. Quando questionadas acerca dos pontos positivos do trabalho docente, as respondentes relatam suas satisfações ao ver os/as alunos/as com bom desempenho nas disciplinas, participando das atividades (projetos promovidos pela escola e parceiros) com bastante entusiasmo, seguindo bons caminhos e dando continuidade aos estudos após o ensino fundamental. Para elas, é gratificante e entusiasmante ver o sucesso dos/as alunos/as.

> Sinto-me motivada com o sucesso dos meus alunos. Tento manter uma boa relação com eles, bem como com os colegas de trabalho (Afrodite).

> Tenho a maior satisfação em contribuir com a formação deles, faço sempre o que posso, é gratificante ver o crescimento dos alunos (Oya).

> É muito bom e gratificante ver alguns alunos crescendo, tendo bom

> comportamento e a família participando. Gosto também dos momentos com os colegas de trabalho (Eva).

O espaço escolar, como espaço de materialização das práticas sociais do/a docente, é refletido por meio de diversos aspectos nos relatos das respondentes acerca dos aspectos positivos da docência. Percebe-se que nas práticas escolares, a socialização tende a acontecer mediante a rotinização das práticas, por meio dos conflitos, dos diálogos, na maneira como o/a docente se percebe/identifica a partir do seu próprio olhar, bem como do olhar dos outros.

Ao longo dos anos o processo de trabalho sofreu sucessivas mudanças. Iniciou-se com a economia de subsistência em que o homem e a mulher produziam somente o que era necessário para o seu próprio consumo e posteriormente com os trabalhos artesanais que eram produzidos manualmente e vendidos em uma escala menor, até chegar ao mercado capitalista que vivemos em nossos tempos atuais. O modelo capitalista organiza o sistema de produção de maneira a restringir a iniciativa do trabalhador, no que se refere ao seu processo de trabalho, organização e, em algumas situações, ao próprio ambiente de trabalho. Desta forma, Satto (1994, p. 169) propôs o conceito de penosidade atrelado à falta de controle no processo de trabalho que, por conseguinte, leva o trabalhador ao sofrimento, não sendo permitido questionar as alterações feitas no processo de trabalho.

Assim, cabe ressaltar que para que o profissional docente tenha um controle sobre suas condições de saúde é necessário que suas necessidades básicas sejam atendidas, tanto no trabalho, quanto em função do que este mesmo trabalho pode oferecer a sua vida privada. Dessa feita, o trabalho deve proporcionar salário digno, alimentação saudável, habitação adequada, meios de transportes, saúde, qualificação profissional e direitos básicos à condição humana. A saúde do/a docente fica comprometida quando este/a começa a exercer um papel de multifuncionalidade dentro da escola atrelada às péssimas condições de trabalho, gerando a fadiga e o desgaste profissional. Estes sintomas tendem a gerar danos à saúde (clínico e psicológico). Assim, quando questionadas acerca dos danos que a profissão pode ocasionar à saúde, as respondentes relatam:

> Temos colegas por aí passando por diversos problemas de saúde, problemas gerados pelo trabalho, chegam inclusive a fazer tratamentos e podendo inclusive ficar afastados do trabalho (Dakimi).

> Precisamos ficar atentos a tudo, qualquer sinal de problema, o melhor é procurar resolver, para que o mal não cresça (Artemis).

> Trabalho no que gosto e com amor, mas o trabalho é cansativo, temos que preparar aula, organizar tudo nos mínimos detalhes e quando estamos na escola, em sala de aula lidando com todos os problemas [...], sentimos o quanto é árduo todo o processo, pode não parecer para alguns, mas o professor trabalha muito, quando está na escola e também fora dela, já em casa (Oya).

Essas exigências afetam o ritmo físico, psíquico e psicológico do/a professor/a gerando as doenças de trabalho, pois é cobrado/a excessivamente, sempre no intuito de superar a capacidade de adaptação profissional. O/a docente, na maioria das vezes, vem sendo orientado e obrigado pelo sistema a ignorar essa realidade. Logo, segundo Sivieri:

> A moderna organização capitalista do processo de trabalho iniciou a era das doenças provocadas pela grande exigência de adaptação do homem ao trabalho, um reflexo do esforço que o trabalhador emprega para adaptar-se a esta situação anormal (SIVIERI, 1994, p. 82).

Nesse escopo, podemos salientar que a sobrecarga de tarefas no trabalho é considerada como um dos motivos que leva ao estresse no ambiente de trabalho, bem como outras patologias. Isso ocorre em

virtude das exigências que são impostas no ambiente e que tendem sempre a ultrapassar nosso limite de capacidade de adaptação, o que não é diferente com o/a profissional docente, e ficou ratificado por meio dos relatos das respondentes. Isso nos leva a nomear quatro fatores que resultam na sobrecarga no trabalho: 1) urgência do tempo; 2) responsabilidade excessiva; 3) falta de apoio, e 4) expectativas contínuas de nós mesmos e daqueles que estão a nossa volta.

Podemos observar que as mudanças que estão ocorrendo no processo de trabalho estão afetando diretamente na vida do trabalhador, causando males a sua saúde. As exigências estabelecidas pelo mercado de trabalho ao trabalhador estão, em algumas situações, levando-o ao sofrimento psíquico. Alguns fatores foram identificados, tais como: o ruído, que é considerado um fator altamente prejudicial, influenciando no seu comportamento e tornando-o mais agressivo; a fadiga incessante, falta de perspectivas, frustração, ansiedade, depressão, medo, desmotivação com o trabalho e sobrecarga de tarefas, fazendo com que o rendimento do trabalhador seja insuficiente pelo fato de este não conseguir dar conta de cumprir suas tarefas. Nesse sentido, Dejours (1992), ao fazer referência à relação trabalho/saúde, defende que o trabalho não é neutro em relação à saúde, pois contribui para o adoecimento dos trabalhadores.

Focando nosso olhar na organização escolar e em todo o contexto político, econômico, social e cultural em que a educação está inserida, percebemos que há uma sobrecarga em grande medida aos seus agentes e em especial aos professores/as. Dejours (1992) afirma que o ambiente e a pressão sobre determinadas tarefas têm alterado experiências de trabalho e seus significados, o que afeta a psiquê dos indivíduos. Esse mesmo autor afirma também que a docência é uma profissão de sofrimento. Os desgastes físico e mental ocasionados pelas exigências permanentes dessa profissão certamente proporcionam impactos em termos de bem-estar e saúde para a maioria dos profissionais. Assim, quando refletimos sobre a situação atual dos professores, em que as mudanças sociais transformaram seu trabalho, sua imagem social e o valor que a sociedade atribui à própria educação, a respondente destaca:

> Assim são o professor e a professora, antes de tudo um forte, que tem que ser capaz de se virar e continuar sua jornada frente a inúmeros problemas: desrespeito; indisciplina; a família que não estabelece limites e regras; as mudanças de currículos que estão sendo constantes, dentre outras problemáticas (Gaia).

Através do relato dessa professora, percebemos que na jornada docente, os profissionais passam por inúmeras tensões que possivelmente fazem com que não desempenhem satisfatoriamente suas atividades.

Gomes (2002) afirma que os/as professores/as necessitam, atualmente, adaptar-se a suas novas funções diante deste novo mundo onde há um capitalismo integrado, produção de novas tecnologias, exigindo trabalho e trabalhadores flexíveis, polivalentes e criativos. Todavia, quando se trata de se adequar a essa nova realidade imposta pelas mudanças sociais, as respondentes relatam estar presas em virtude dos poucos recursos que a escola disponibiliza, o que acaba inibindo, por exemplo, a criatividade. Isso afeta diretamente os/as docentes intimamente, gerando crise, pois o sistema educativo não conseguiu equiparar-se a essa nova situação e preparar os/as professores/as para suas novas funções.

Dessa forma, as cobranças constantes que ocorrem no ambiente de trabalho fazem com que o trabalhador apresente o estresse ocupacional[3] quando seu desempenho profissional passa a ser insuficiente, deixando-o insatisfeito com a sua atividade, podendo também levar o profissional a adquirir a síndrome de burnout[4], que gera a desmotivação do trabalho e faz com que a pessoa queira "abandonar" seu trabalho, o que vem ocorrendo com muitos professores/as.

Percebe-se, portanto, a complexidade das relações humanas. Essa complexidade também se faz

presente nas relações e nos atributos de gênero que tendem a canalizar os questionamentos, os saberes, as experiências, os anseios, as dificuldades, as tensões e as potencialidades envolvidas no cotidiano de cada sujeito nos espaços público e privado.

Quando questionadas se os atributos de gênero (sexo, idade, estado civil, quantidade e idade dos/as filhos/as) interferem na estruturação de projetos pessoais e profissionais, as professoras demonstraram certa dificuldade em responder. Este fato ficou evidente, principalmente, se compararmos com o quesito em que indagamos se as responsabilidades no trabalho interferem no processo de formação continuada, pois, ao mesmo tempo em que as respondentes questionam o fato de o tempo ser limitado em virtude do excesso na jornada de trabalho, ressaltam que o fato de ser mulher não interfere na concretização de objetivos, como podemos ver nos três primeiros relatos a seguir, quando comparamos com o quarto relato, a saber:

> Um pouco [...] o tempo é limitado, exigindo grande esforço. Por ser mulher [...] de forma alguma, pois exige mais capacidade para administrar o tempo e as tarefas (Oya).
>
> Sim, sim, em parte. É claro que se fosse mais "livre" teria mais oportunidades ou mais tempo para dedicação nos meus projetos pessoais e profissionais. Como é natureza do ser humano relacionar-se, construir família, temos que nos adequar e caminhar juntos, o que é muito bom também (Afrodite).
>
> Em parte, trabalho em casa até às 12h e na escola à tarde das 13h às 17h. Tenho uma diarista a cada 15 dias. Cuido diariamente da casa e [...] dos cinco filhos já formados e com empregos. Quatro são casados e resta um comigo (Eva).
>
> Já interferiu sim, e muito em minha vida. As responsabilidades no trabalho [...] acredito que sim, pois já ouvi de colegas que não fariam determinado curso porque chocava com suas aulas (Dakimi).

Afirmar-se como mulher é, a afirmação da conquista da subjetividade das mulheres. Durante séculos as mulheres foram percebidas como seres sem alma, mas hoje é evidente que elas percebem a função de atrizes morais, livres, responsáveis, com o objetivo principal de construir a si mesmas como atrizes e seres livres. Portanto, tal afirmação significa ter o direito der ser uma mulher e de dar a este personagem suas próprias escolhas, pois estas escolhas são a prova da liberdade, da capacidade de definir, de conduzir e de valorizar-se.

A relação das mulheres com o trabalho produtivo e reprodutivo é evidenciada de forma contundente através dos relatos das respondentes, pois na vida cotidiana é a lógica e o tempo do trabalho produtivo que se impõem como determinantes da sua organização. Assim, as lógicas que regem o tempo do trabalho produtivo e o tempo do trabalho reprodutivo são distintas, o primeiro se rege por meio de uma lógica diacrônica, linear e facilmente tornada objetiva mediante o sistema de horário, enquanto o segundo tende a se mover em uma lógica sincrônica, difícil de precisar sem a percepção subjetiva da experiência vivida cotidianamente e com uma descontinuidade só visível através do ciclo de vida feminino, como assim expressa Tornsf (2002).

O espaço da escola é também responsável por essa divisão sexual, ponderando o processo gradativo de marginalização a que as mulheres ainda são submetidas, tanto na condição de discente como na qualidade de docente. Assim, "as relações de gênero e a divisão entre os sexos atravessa o conjunto da sociedade" (HIRATA, 1994, p. 4). Por conseguinte, essas relações precisam ser percebidas como elemento de um processo macro de assimetrias entre os gêneros que estão coesos na sociedade, cujas relações perpassam os diversos espaços (família, escola, trabalho, entre outros).

O gênero, ou o que visualizamos como imagens sobre mulheres e homens e as construções do

feminino e masculino são construções sociais e históricas, e estas construções não são fixas e nem permanentes. Assim, as diferenças entre homens e mulheres e as atividades definidas como masculinas ou femininas não derivam de nosso corpo, embora nossa sociedade insista em "essencializar" tais atributos como "naturais". Não obstante, faz-se necessário salientar que em épocas diferentes, bem como em sociedades diversas, o que é feminino ou masculino varia muito, como assim é apresentado em estudos sobre outras sociedades.

Podemos evidenciar que o movimento de mulheres, deflagrado a partir do final dos anos de 1960, teve e tem um papel fundamental nessa discussão, principalmente no que se refere à crítica que faz acerca das relações hierárquicas entre homens e mulheres, a qual é geradora de conflitos. Nesse sentido, no debate da divisão sexual do trabalho, pode-se observar que essas relações hierárquicas constituem um dos mecanismos para a manutenção de subordinação da mulher, sendo atribuídos a ela e ao homem lugares diferenciados e desiguais no mercado de trabalho, expandindo-se para outros setores da vida social. Os lugares ocupados pelas mulheres no mundo do trabalho ainda são de forte desigualdade. O que é perceptível através da presença massiva dessa população na economia informal, ou mesmo no trabalho em domicílio, além do acúmulo de tarefas com a dupla jornada, em virtude da necessidade de conciliar o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças, idosos e doentes, e, por que não dizer, com os filhos adultos, mesmo quando estes não mais residem com elas.

Durante a pesquisa, percebemos que a família e a qualidade da relação familiar são muito valorizadas pelas professoras. Em seus relatos, percebe-se a responsabilidade não só com a organização da casa, como também com o esposo, os filhos e filhas. As conquistas e melhorias de vida sempre incluem os familiares, mesmo quando estes não mais residem com elas, pois para as respondentes, o/a filho/a, ao formar sua família, amplia a família, pois a ela são agregados novos membros. Assim, cada relato deixa claros os cuidados que a mulher, independentemente da classe social, tem com a família. Ela se sente responsável por todos e por tudo.

É notório que os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, filhas e os idosos continuam precipuamente uma atribuição feminina. A distribuição entre os sexos do tempo gasto em afazeres domésticos, por sua vez, permanece intocada na última década, embora tenha ocorrido, segundo o IBGE (2010), certa evolução na participação masculina nas tarefas domésticas. Assim, enquanto em 2002 45% dos homens responderam que se ocupavam com esses afazeres, em 2009 49% fizeram essa declaração. No entanto, cabe salientar que essa declaração não significa uma diminuição da carga horária feminina na execução dessa atividade. Os números continuam inalterados, pois as mulheres continuam as principais responsáveis pelo trabalho doméstico.

Apesar da redução da desigualdade de gênero, inclusive com a promulgação da Lei Federal nº 9.799, de 26 de maio de 1999, que trata singularmente sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e de programas próprios do Governo Federal, inclusive com a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, a qual integra o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, é fato que as mulheres encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho e, quando inseridas nesse contexto, recebem os salários mais baixos, ocupando normalmente cargos hierarquicamente inferiores mesmo quando o seu grau de escolaridade é mais alto que o dos homens, e têm dificuldade de oportunidade para a ascensão profissional, qualificação, formação política e profissional. Tais questões são mais acentuadas quando se trata de mulheres negras.

Dessa forma, diversos estudos têm evidenciado uma alta relação entre o nível de escolaridade alcançado pelas mulheres e sua participação no mercado de trabalho. Contudo, também têm corroborado para alguns aspectos negativos, como o fato de o aumento de escolaridade não ter sido suficiente para alterar expressivamente a estrutura de empregos e a falta de equivalência entre o nível salarial das mulheres e sua formação educacional.

Observa-se que os dados da pesquisa evidenciam que o universo pesquisado é composto

majoritariamente de mulheres negras e brancas dentro de uma escala de faixas etárias que parte de 38 a mais de 50 anos. Devemos mencionar que as questões racial e étnica aparecem fortemente nas entrelinhas e na conduta de cada professora, mas não como uma definição metodológica para composição de amostra, o que nos fez optar por não utilizar tais variáveis como referência para a análise sobre trabalho produtivo e reprodutivo. Isso posto, cabe salientar que:

> A participação de homens e mulheres no mercado de trabalho é diferenciada entre os grupos etários. Enquanto jovens, os homens atingem uma taxa de atividade de 72,5% contra uma taxa feminina de 55%. Este indicador reflete o quadro dos indicadores educacionais, pois o fato de as mulheres permanecerem mais tempo estudando faz com que elas entrem tardiamente no mercado de trabalho. Por outro lado, vale ressaltar que a tradicional divisão de papéis na sociedade, segundo a qual o homem é visto como provedor e a mulher como responsável pela casa e família, reforça esse padrão do mercado de trabalho (BRASIL, 2013, p. 39).

Sem a intenção de aprofundarmos essa discussão, é oportuno destacar que nem sempre a mulher teve acesso à escolarização e ao mercado de trabalho. Particularmente no Brasil, desde o início da colonização, instalou-se na sociedade brasileira a ideia da submissão da mulher e estabeleceu-se, assim, uma desigualdade social entre os gêneros e, por conseguinte, a mulher foi impelida para cuidar dos filhos, da casa e do marido, reclusa à vida doméstica, entendida como uma atividade não pública, enquanto ao homem era reservado o espaço público. Portanto, na sociedade brasileira, foi se caracterizando a superioridade masculina e, consequentemente, a inferioridade feminina.

A superioridade masculina, segundo Del Priore (1997), delimitava o papel da mulher na sociedade e normatizava seus corpos, escravizando-os de qualquer valor ou poder que pudesse colocar em risco a supremacia masculina. Sendo assim, com o intuito de garantir a interdição das mulheres, normatizando seus corpos e almas, era negado, ou muito dificultado, o acesso das mulheres ao processo de escolarização. A falta de mulheres habilitadas para o exercício do magistério, o medo dos pais de que, ao se instruírem, elas pudessem ler livros considerados proibidos ou manter correspondências amorosas, aliado à falta de perspectiva em relação à utilidade que teria para as mulheres o acesso à instrução, fizeram com que a maioria das mulheres fossem alijadas do acesso à escolarização.

Por meio da Constituição de 1824, já podemos vislumbrar uma vontade em garantir o acesso das mulheres ao processo de escolarização. Essa constituição concedia aos cidadãos brasileiros, inclusive às mulheres, o direito de acesso gratuito à instrução primária. Sendo assim, através de diversas mudanças em nosso contexto histórico, e com o surgimento e a sedimentação de um novo discurso em favor da instrução feminina, presenciamos hoje a feminização do magistério; isto é, podemos contar com a presença maciça de mulheres na educação, como professoras, gestoras, dentre outras funções.

Segundo Louro (2010), a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, na qual as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Assim, as identidades de gênero estão continuamente se transformando. Nesse sentido, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral, visto que ela é relacional e inclui tudo o que envolve o indivíduo, ou seja, o ser humano, suas perspectivas e concretizações, suas construções e derrotas e o seu grupo social.

Breves Apreciações Conclusivas

O diálogo entre os/as professores/as é basilar para materializar saberes emergentes da prática profissional. Entretanto, a criação de organizações coletivas de trabalho constitui, também, um fator decisivo de socialização profissional e de afirmação de valores próprios da profissão docente. O desenvolvimento de uma nova cultura profissional dos/as docentes passa pela re/produção de saberes

e de valores que tendem a corroborar com exercício autônomo da profissão docente.

A formação de professores/as, porem, tem ignorado, sistematicamente, o desenvolvimento pessoal, confundindo "formar" e "formar-se", não compreendendo que a lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dinâmicas próprias da formação. Contudo também tem deixado de valorizar uma articulação entre a formação e os projetos das escolas, consideradas como organizações dotadas de margens de autonomia e de decisão cotidianamente mais importantes. Assim, estes dois "esquecimentos" invibializam que a formação tenha como eixo de referência o desenvolvimento profissional dos/as professores/as, na dupla perspectiva do/a professor/a individual e do coletivo docente.

Nesse sentido, as respondentes, em seus relatos, salientam a necessidade de vermos a atividade docente como ato político, no qual a reflexividade do/a docente ganha espaço e significado, apontando a atuação docente para uma perspectiva emancipatória. Acreditamos que este trabalho foi interessante, pois possibilitou a todos/as a consciência de que tanto os/as docentes como os/as discentes são sujeitos aprendizes e promotores da aprendizagem.

Não é difícil concluir que a teoria de gênero vem sendo edificada historicamente por meio da cultura, do social, da vida e dos pensamentos das pessoas. Do mesmo modo, as relações de gênero são baseadas na dominação e no poder exercido pelos sexos, cujo convívio, na maioria das vezes, é o homem que conduz. E nesse constante combate numa cultura que aprecia o homem como poderoso, está a mulher, que vem lutando pela conquista de espaços e por respeito, em meio a essas modificações na relação homem/mulher que não rejeita a vida familiar, mas que questiona o que está posto, tal qual como está definido há décadas.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013. 170 pg.

CUNHA, Maria Isabel. Inovações: conceitos e práticas. In: CASTANHO, Sérgio e CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (orgs). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. 3ª edição. Campinas: Papirus, 2004.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez-Oboré. 1992.

DEL PRIORE, Mary Lucy (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FONSECA, C.C.O.P. **O adoecer psíquico no trabalho do professor de ensino fundamental e médio da rede pública no Estado de Minas Gerais**. Florianópolis, 2001. 231p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina.

FRANÇA, A.C.L. **Stress e Trabalho**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Luciana. **Trabalho multifacetado de professores/as**: a saúde entre limites. Rio de Janeiro, 2002. 118p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Fundação Oswaldo Cruz.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 128-142.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – Síntese dos Indicadores Sociais (Disponível no site: www.ibge.gov.br). Acesso em 03/10/2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós -

estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Usos e abusos do estudo de caso**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

SATTO, Leny. Trabalho e Saúde Mental. In: **Saúde Meio Ambiente e Condições de Trabalho**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, cap. 12, 1994, p. 169-175.

SILVA, Tomaz Tadeu. A "Nova" Direita e as Transformações na Pedagogia da Política e na Política da Pedagogia**.** In: Gentili, P. & Silva, Tomaz Tadeu (org.s***). Qualidade Total Neoliberalismo e Educação.*** Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

SIVIERI, H. L. Saúde no trabalho e Mapeamento dos Riscos. In: **Saúde Meio Ambiente e Condições de Trabalho**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, cap. 8, 1994, p. 75-82.

TARDIF, M. **Saberes docente e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TARDIF, M. e LESSARD, C. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TORNS, Teresa. El tempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidade y la necessidade. In: CARRASCO, M. Cristina. **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona: Publicacions y Ediciones UB, p. 133-147, 2002.

YIN, Robert K. Estudos de caso: Planejamento e Métodos. 4 ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

[1] Os nomes das participantes foram trocados para garantir a privacidade delas.

[2] Trabalhar não deve ser sacrifício ou sofrimento. Trabalhar é aceitar responsabilidades e, também, deixar espaço, para autocrítica por fracassos. O prazer vem de sentimentos de sucesso, de valorização moral, de cumprimento das responsabilidades (FONSECA, 2001, p.21).

[3] Estresse ocupacional pode ser entendido como as situações em que a pessoa percebe o seu ambiente de trabalho como ameaçador às suas necessidades de realização profissional e pessoal, e/ou à sua saúde física e mental, prejudicando a interação desta com o trabalho e com o ambiente de trabalho, à medida que esse ambiente contém demandas excessivas a ela, ou que não contém recursos adequados para enfrentar tais situações (FRANÇA, 1999, p. 31).

[4] A síndrome de Burnout é um conceito que surgiu no campo do estresse ocupacional. Recentemente tem chamado a atenção por parte dos pesquisadores. Para o Ministério da Saúde do Brasil, a síndrome de Burnout é uma doença ocupacional e está classificada como transtorno mental.